

S T R A
V E S
I A

TRAVESSIAS 2004

4/5

T R A
V E S
I A

S

Revista de
Ciências
Sociais e
Humanas
em Língua
Portuguesa

4/5
2004

AMOR E CIÊNCIAS SOCIAIS¹

Anália Torres

Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa

Mas o amor é uma das respostas que o homem inventou para olhar de frente a morte. Por intermédio do amor roubamos ao tempo que nos mata umas quantas horas que transformamos às vezes em paraíso outras em inferno. Das duas maneiras o tempo distende-se e deixa de ser uma medida. Para lá da felicidade ou infelicidade, embora seja as duas coisas, o amor é intensidade; não nos oferece a eternidade mas a vivacidade, esse minuto no qual se entreabrem as portas do tempo e do espaço: aqui é lá, e agora é sempre. No amor tudo é dois e tudo tende a ser um.

Octavio Paz, 1993²

O amor – real, desejado, suposto, idealizado – foi sempre protagonista de histórias em todas as latitudes, em todos os tempos. Porém, na viragem do século XIX para o século XX, e no decurso deste, deu-se uma mudança decisiva. De estado inacessível, a não ser para alguns eleitos, o amor romântico democratizou-se tornando-se história que pode acontecer a qualquer um. O discurso amoroso, que pareceu durante uma certa época fora de moda (Barthes 1977) reentrou, mais ou menos adocicado, no nosso dia a dia. A partir dos seus fragmentos quase todos podem agora dizer, pelo menos num momento da vida: “eu sou, eu fui o sujeito dessa história”.

¹ Este artigo tem por base uma conferência proferida no Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais no Rio de Janeiro em Setembro de 2002.

² Cf. Paz (1995 [1993]:95-96).

Neste artigo, procura-se analisar a omnipresença do sentimento amoroso que deixa traços e suscita atenção particular em várias obras de cientistas sociais contemporâneos, ou não estivessem eles atentos à vida social, com os seus amores e desamores. Este novo objecto de análise constitui-se para muitos, de resto, e como se perceberá, um excelente revelador do funcionamento das sociedades contemporâneas, nas suas contradições e paradoxos.

Em trabalhos anteriores, defendeu-se a pertinência de uma análise sociológica das relações afectivas, afirmando que a afectividade constitui uma das dimensões das relações sociais e que o amor pode ser analisado como expressão específica dessa dimensão (Torres 1987).³ Não faz agora sentido recuperar a argumentação desenvolvida, mas vale a pena referir alguns dos seus temas. São questões já abordadas por sociólogos e cientistas sociais como Goode (1959), Luhmann (1986), Gilberto Velho (1986) e mais recentemente retomadas por Giddens (1991, 1992), Beck e Beck-Gernsheim (1995 [1990]) e até por Bourdieu (1998).

Além do contributo desses autores de referência, nos finais de oitenta e no decurso dos anos 90 assiste-se à proliferação de textos sociológicos sobre o amor, as emoções e a sua relação com o género. Sobre a problemática do amor podem referir-se ainda Brown (1987) e Cancian (1987), sobre a perspectiva da construção social das emoções, Harré (1986) e, propondo também uma sociologia das emoções, Jackson (1993). A relação entre género, amor e emoções foi também abordada por Duncombe e Marsden (1993) e propostas sobre a construção cultural da sexualidade sugeridas por Caplan (1987). Mais recentemente ainda, em 1998, um número especial da revista *Theory Culture & Society*, editado por Mike Featherstone, é inteiramente dedicado ao tema Amor e Erotismo, com um conjunto valioso de 19 artigos.

³ Não deixa de ser curioso verificar que as propostas feitas nessa altura (1987) sobre a necessidade de desenvolver a análise sociológica das relações afectivas, do sentimento amoroso e da sua relação com a conjugalidade e o divórcio, têm sido citadas por alguns colegas de língua francesa. Contribuíram para o conhecimento desses trabalhos quer Didier Le Gall que cita um texto numa revista internacional (1992:69), quer Jean Claude Kaufmann através do seu livro *Sociologie du couple* (1993:34), quer Claude Martin a quem agradeço a sua síntese para francês das ideias centrais de um texto que só existia em português, quer ainda François de Singly que fez referência a esse mesmo texto e ao trabalho sobre os “desamores”, na minha pesquisa sobre o divórcio (Singly, e outros 1996:99).

Estes trabalhos mais recentes permitem olhar de outra forma os que foram elaborados anos atrás – quem sabe até conferindo-lhes maior legitimidade – sendo também possível, a partir das novas referências, fundamentar melhor algumas das questões já levantadas e não deixando de sugerir outros problemas. A nova atenção,⁴ agora cada vez mais insistente, sobre uma temática considerada até há alguns anos estranha à sociologia, pode ser explicada por duas ordens de factores. Por um lado, temos a perda de influência de paradigmas e perspectivas teóricas que defendem ou a “exterioridade” dos factos sociais ou, sob diversas formas, sublinham deterministicamente o peso das estruturas e dos sistemas sociais, tendendo, em contrapartida, a diminuir o papel da acção social e dos seus sentidos subjectivos. Seria mais difícil, neste tipo de quadros teóricos, prever a abordagem sociológica do sentimento amoroso, embora se encontrem algumas excepções.

Nos últimos quarenta anos o panorama alterou-se. No plano epistemológico e teórico a passagem de um pluriparadigmatismo de combate a um pluriparadigmatismo de convivência (Ferreira de Almeida, *et al.* 1995:33) passou a permitir a rejeição dos raciocínios do tipo ou/ou que insistiam na separação forçada do objectivo e do subjectivo, bem como na dicotomia entre estruturas e práticas. A consequência era que se se sublinhava o sentido subjectivo, não se olhava para os constrangimentos externos objectivos e vice-versa.⁵ Nos últimos anos, em contrapartida, ganha visibilidade a busca de articulações e sínteses.

Por outro lado, maior atenção à temática dos sentimentos foi também sugerida pelo conjunto de transformações sociais no plano das práticas e dos valores associados à forma de encarar as

⁴ Não podemos esquecer a abordagem pioneira de Simmel (1988).

⁵ Até aos anos 60 há, evidentemente, autores que escapam a esta arrumação esquemática e simplificada não se situando nem num campo, nem noutro. Um dos casos mais fecundos é o de Norbert Elias que na análise do processo civilizacional aborda a relação entre o público e o privado. Ele mostra, precisamente, como as estruturas sociais estão incorporadas nas práticas dos actores, situação muito bem identificada, por exemplo, a propósito do tema das relações sexuais e da passagem do constrangimento externo ao auto-constrangimento: “o código do comportamento social inscreve-se tão profundamente na natureza humana, que ele se torna de certa maneira em elemento constitutivo do eu individual. Este elemento, o “*surmoi*”, transforma-se tal como a estrutura psíquica e o eu individual tomado com um todo, em função do código de comportamento social e das estruturas da sociedade” (Elias 1973 [1969]:276).

relações familiares e o casamento, de que constituem exemplos o aumento do divórcio, a descida da taxa de natalidade, a crescente paridade entre homens e mulheres. Foi a análise de transformações deste tipo, nomeadamente a partir de uma pesquisa sobre o divórcio, que nos conduziu à tentativa de analisar sociologicamente as relações afectivas.

O debate que a seguir se regista pretende sistematizar apenas alguns dos contributos dos autores de referência. Outras propostas, de um conjunto enorme de textos mais actuais atrás identificados, surgem apenas referidas ao longo do texto. Deixa-se no entanto uma ressalva. Não se aborda neste texto a proposta original e já muito conhecida de Francesco Alberoni, a qual foi objecto de análise num artigo publicado em 1987 (Torres 1987). Privilegiavam-se agora outros autores.

A IMPORTÂNCIA TEÓRICA DO AMOR

A ideia de que o amor (ou o seu desejo) não seria só importante para a vida quotidiana do mais simples cidadão mas, também, para a própria teoria sociológica, data pelo menos de finais dos anos 50. Ao contrário do que pode parecer à primeira vista não foram Shorter,⁶ nem Rougemont (1986), os únicos ou mesmo os pioneiros principais da abordagem destas temáticas. Na verdade, William Goode, num texto elucidaivamente intitulado “The theoretical importance of love”, publicado em 1959, aborda essa problemática. O autor analisa o amor como um elemento da “acção social e como tal da estrutura social” (Goode 1959:38). Nesta perspectiva, o amor não é apenas um sentimento que pairaria acima ou fora da vida social e que, como tal, só poderia ser analisado no quadro da psicologia ou do inconsciente. Ele é considerado uma espécie de mola propulsora da acção, uma força que, no quadro dos valores das sociedades contemporâneas, tem o poder suficiente para criar, em sentido real, novas relações sociais. Poder para agir, força para criar, mas nem sempre com as

mesmas margens de liberdade, nem com ausência de constrangimentos.

Na verdade, pelo seu poder “atractivo” como veículo para a intimidade com outra pessoa, o amor e particularmente o amor conjugal é criador de novos laços. Laços esses que adquirem contornos específicos nos diferentes contextos sociais e históricos. Nesse sentido, depois de analisar o papel do amor romântico e as suas relações com a conjugalidade na sua época, Goode desenvolve de forma mais pormenorizada as formas de controlo que se têm exercido em diferentes sociedades sobre essa “força poderosa”, de modo a restringir-lhe efeitos “disruptivos” sobre a ordem social.

Goode começa por definir que vai desenvolver a sua análise para responder à seguinte questão: “de que maneira os padrões do amor se encaixam na estrutura social, especialmente nos sistemas de escolha do parceiro e de estratificação?” (Goode 1959:40). Fundamenta de-pois a ideia da existência das relações amorosas como possibilidade psicológica universal e avança que os diferentes sistemas sociais fazem “ajustamentos” para lidar com o poder “disruptivo” desse sentimento.

Considerando que o amor, enquanto sentimento, pode ser vivido e pressentido como experiência de intensidade variada, Goode afirma que a forma como ele está relacionado com a estrutura social ultrapassa a simples dicotomia entre a existência ou não do amor romântico. Defende antes que se deve considerar a hipótese de um *continuum* entre dois pólos. De um lado encontra-se uma forma de encarar o amor, do ponto de vista social, como uma aberração trágica ou risível. No pólo oposto está a consideração de que é relativamente vergonhoso casar sem estar apaixonado pelo futuro cônjuge. Assim, as diferentes posições assumidas em diversas sociedades quanto à forma de encarar o amor podem ser encaradas como pontos nesse *continuum*, mais afastadas ou mais próximas dos dois extremos.

Mostra depois que, ao contrário do que alguns autores pretendem afirmar, não foi só no Ocidente que surgiram, como experiências individuais, relatos de histórias reais e ficcionadas de situações

⁶ Não pareceu necessário desenvolver aqui a conhecida proposta de E. Shorter (1977) sobre o nascimento da sentimentalização das relações familiares, visto que ela é sobejamente conhecida e os seus limites foram já muito bem apontados por Ana Nunes de Almeida (1990:46-60).

de forte envolvimento amoroso, ou do que podemos designar por amor-paixão, amores que vão contra todas as regras sociais e passam por cima de todos os obstáculos. Essas histórias singulares, que Goode referencia como existindo em várias civilizações, ocorrem, ou ocorreram, de qualquer modo, como excepção e não como regra.

Mesmo o que se pode considerar como “padrão do amor” – encerrar, por exemplo, o sentimento amoroso como base para a decisão final de casar – e que deve ser distinguido do “complexo do amor romântico”, existe em muito mais sociedades, não modernas e não ocidentais. No entanto, só em certas sociedades, como a norte-americana e a europeia, entre muito poucas outras, é que esse padrão se transformaria numa ideologia segundo a qual estar apaixonado é a mais desejável forma para começar o namoro e depois casar. Isto é, só nestas latitudes o amor está fortemente institucionalizado.

Considera, assim, o autor americano, que faz sentido analisar as relações que, em todas as sociedades, relacionam o amor com a estrutura social, seja através dos padrões do amor, seja através do “complexo do amor romântico”. É essa análise que desenvolve a seguir, mostrando também que, na maior parte das sociedades e nas diversas classes sociais, o problema da escolha do parceiro conjugal assume lugar de grande relevo, pelas suas importantes consequências, nomeadamente pelos efeitos que tem nas relações de parentesco e na transmissão do património. Sintoma de tal relevância é o facto de em muitas sociedades e nos sectores sociais mais elevados, se considerar que essa escolha não pode ser deixada ao acaso dos “amores” adolescentes, assumindo-se desde logo que a inclinação amorosa deve ser controlada.

Goode identifica depois cinco tipos de controlo institucional sobre o amor em diferentes sociedades, desde aquelas em que os casamentos são arranjados pelos pais na infância dos filhos, até àquelas em que o noivado e o contacto controlado entre os futuros cônjuges constituem o meio de fomentar a dose adequada de sentimento para garantir o nascimento do necessário amor pelo futuro cônjuge. Acrescenta-se o padrão ocidental actual onde há

“formalmente” escolha livre, mas onde, na prática, essa escolha é controlada pelos pares e pelos pais dos adolescentes. Em particular no caso dos últimos, desde cedo eles procuram incentivar a escolha do parceiro certo através dos locais que deixam os filhos frequentar, das festas que organizam, da lista de convidados que subtilmente sugerem, etc.

Goode conclui, de forma muito elucidativa: “Ao contrário da opinião corrente entre sociólogos e antropólogos contemporâneos sugiro que o amor é um potencial psicológico universal, que é controlado por uma série de cinco padrões estruturais, que constituem todos eles tentativas para que os jovens não façam escolhas dos seus futuros cônjuges inteiramente livres”; (...) “A importância teórica do amor faz-se sentir nos padrões socioestruturais que são desenvolvidos para impedir que ele dê origem à ruptura das configurações sociais existentes” (Goode 1959: 47).⁷

Esta ideia do amor como mola impulsional, como parte constitutiva da acção e da estrutura social é extremamente sugestiva e acaba, como outras propostas do autor, por se revestir de grande actualidade. Não se pode esquecer, com efeito, que se trata de um texto de 1959. Podemos interpretar o aumento do divórcio nos anos que se seguiram à publicação deste texto, por exemplo, como um dos sinais do que Goode chama a “força disruptiva do amor”.

E, neste mesmo sentido, também poderíamos dar razão a Goode quando ele fala do amor como fazendo parte da estrutura social. Na verdade, a maior frequência do divórcio e a sua crescente aceitação e integração nas sociedades contemporâneas, implicou o surgimento de novos tipos de família, novas situações e papéis sociais, novas formas de mediação entre os indivíduos e o Estado, nova legislação. Através desta, e quando se procura preservar direitos dos que indirectamente estão envolvidos nestes processos – as crianças, por exemplo – nota-se com clareza a preocupação de conseguir formas de controlar, atenuando-lhes os efeitos, a

⁷ A tradução é nossa e portanto reveste-se necessariamente de imperfeições, tal como acontece com outras citações que aparecem ao longo do texto. Houve o cuidado de indicar sempre a fonte da citação com a página para que possa ser confrontada a nossa tradução.

força disruptiva do amor. Outras tentativas existem de contrabalançar a “desordem” das paixões.

Mas basta pensar apenas na conjugalidade, e na forma como é relatado o processo de formação dos casais, tal como se verificou sistematicamente na pesquisa sobre a conjugalidade (Torres 2002a), para reconhecer de forma muito evidente essa dupla condição das situações de enamoramento que conduzem ao casamento, de que Goode também nos fala.

Num leque, apesar de tudo, variado de situações, foi possível quase sempre verificar a presença dessa duplicidade: por um lado, escolhe-se o parceiro num clima de liberdade, acentuando as componentes da atracção e a lógica dos sentimentos como factores decisivos, mas, por outro lado, escolhe-se o socialmente próximo, procura-se desde logo compatibilizar esses sentimentos com as expectativas quer dos pares, quer dos ascendentes. Negociam-se aspectos da ritualização do enlace, dá-se sinais de desejo de integração. Ou seja, de forma tendencial, procura-se limar os aspectos eventualmente mais disruptivos da escolha amorosa integrando-a numa lógica social mais global.

A vigilância dos ascendentes e dos pares sobre a escolha formalmente livre do cônjuge não deixa de estar também fortemente presente, por exemplo, em aspectos associados ao género. O controlo da chamada boa reputação das jovens, que ainda há pouco mais de vinte anos, a julgar pelas nossas entrevistadas, passava pela obrigatoriedade de assegurar a sua virgindade até ao casamento, não deixa ainda hoje de se fazer sentir, embora de forma mais atenuada e em certos contextos sociais (Torres 1996 e 2002a).

Também aqui se nota a interferência, de forma explícita ou subtil, de critérios sobre o comportamento moral, e as suas diferentes regras para os dois sexos, nas inclinações do coração, revelando-se novamente a relação estreita entre amor e relações sociais que Goode enuncia. Com este autor produz-se um frutuoso encontro, ou talvez um reencontro, se pensarmos em Simmel, entre o amor e a sociologia.

Como vimos, Goode chega às suas propostas, fundamentalmente, a partir de duas perspectivas. Por um lado, parte da comparação

com outras culturas de forma muito sistematizada e abrangente, apoiando-se num vasto leque de pesquisas empíricas de várias latitudes e continentes, para concluir sobre a existência de uma certa transversalidade do controlo sobre os aspectos disruptivos do amor. Por outro, para localizar o amor na estrutura social, centra-se na escolha do parceiro, analisando os diferentes padrões que o controlo sobre essa escolha assume em diferentes sociedades e estabelecendo assim a diversidade das relações entre estrutura social e amor.

AS PROMESSAS IMPROVÁVEIS DO AMOR

A perspectiva de Luhmann, que, já em meados dos anos 80, volta a pegar no tema (Luhmann 1986), apesar de ter alguns pontos de contacto, é bastante diferente da de Goode. O autor alemão, também preocupado com as relações entre o sistema social e o que designa como meios de comunicação simbólica generalizada, trata a temática do amor-paixão como um estudo de caso exactamente sobre a emergência desses códigos de comunicação simbólica generalizada. Em vez da primazia à sincronia e à comparatividade de Goode, Luhmann propõe uma abordagem histórica a partir de textos e narrativas através dos quais procura analisar o surgimento do código e da nova semântica do amor.

Depois de mostrar as especificidades da afirmação da “semântica” do amor romântico na França, na Alemanha e na Inglaterra, associando a sua afirmação a outros aspectos do desenvolvimento dos sistemas sociais e também do contexto filosófico mais global de cada país, Luhmann revela as contradições em que essa “ideologia” parece, desde logo, estar encerrada. Alimenta-se da noção de fruição do eu e da multiplicidade das experiências, mas, ao mesmo tempo, sublinha a distância e a esperança mais do que a satisfação imediata do desejo. Mostra como este “complexo semântico” acentua as diferenças entre homens e mulheres — “o homem amava amar, a mulher amava o homem” (Luhmann 1986:136).⁸

⁸ Esta perspectiva da assimetria dos sexos e do papel dos homens no amor romântico está bem ilustrada em várias obras de que o de *L'Amour* de Stendhal, escrito no primeiro quarto do século XIX, é apenas um brilhante exemplo. Trata-se quase de um manual de bem amar, obra de um homem sensí-

Traça-nos, em suma, um retrato riquíssimo e muito informado, até chegar à análise da relação entre o casamento e o amor romântico nos nossos dias. As mudanças socioestruturais e a dife-renciação dos sistemas permitiram que os laços familiares e de parentesco deixassem de ocupar lugar central na regulação das funções económicas, políticas e religiosas, tornando assim possível a relação mais próxima entre inclinação amorosa e casamento. Por sua vez, as narrativas românticas vinham ganhando terreno. Criaram novas éticas de comportamento e generalizaram-se gradualmente a toda a Europa desde o século XVII. Daí que, para Luhmann, este estudo de caso constitua também excelente ilustração do que ele considera ser o surgimento dos meios de comunicação simbólica generalizada. Na verdade, o modelo do amor romântico acaba por se impor, com adaptações, às sociedades ocidentais, desde essa época até aos nossos dias.

Assim, se as estruturas sociais estavam preparadas para que as relações familiares pudessem assumir novas configurações, também estava já disponível a semântica do amor romântico que era capaz de funcionar como modelo e código dos novos comportamentos. Assumindo tendências diferenciadas de acordo com os países, em França orientada para as paixões fora do casamento, na Inglaterra mais voltada para a domesticidade e na Alemanha, em parte, para a educação, a nova semântica do amor dava resposta aos anseios de liberdade de escolha no casamento: “Pelo fim do século XVIII a unidade entre o casamento por amor e o amor conjugal era geralmente professada como o princípio da natureza perfeita da humanidade” (Luhmann 1986:146).

Mas com a sua associação ao casamento, o amor romântico, o amor paixão, foi assumindo versões mais suavizadas, chegando mesmo a começar a esboçar-se a separação entre paixão – vertigem, desordem – e amor e até a criticar-se o casamento só por

vel destinada a outras almas sensíveis, em que se ensina a distinguir entre a simples galantaria ou o amor-gosto das verdaderas e desinteressadas paixões, que se dão bem melhor com a espontaneidade dos sentimentos do que com retórica. A explicação da assimetria entre homens e mulheres, reservando aos primeiros um papel activo e às segundas um papel expectante, relaciona-se ainda com as atribuições familiares da mulher, necessitando esta de se defender de propósitos menos honestos. Enquanto as mulheres deveriam preservar a sua intimidade, só se entregando por amor uma vez e para todo o sempre, para os homens o exercício das artes do amor só poderia trazer experiência, sabedoria, aperfeiçoamento, sensibilidade.

paixão (Luhmann 1986:148). Começam também a mostrar-se os problemas da trivialização do sentimento amoroso ao longo do casamento, verificando-se a distância entre o amor, só para alguns, visto e popularizado nos livros e nos filmes, e o quotidiano conjugal. Retrabalha-se, assim, o código, suavizam-se os seus aspectos mais “apaixonados” da primeira metade do século XVII.

Mas o desenvolvimento de uma nova semântica da intimidade relaciona-se também com os movimentos de diferenciação dos sistemas sociais. Na verdade, o desenvolvimento económico e as relações de mercado, a opacidade das relações sociais, afirma Luhmann, impõem a distinção cada vez mais clara entre “as relações impessoais e as pessoais” (Luhmann 1986:152). A generalização das relações impessoais e dos critérios de comportamento universalistas em contextos em que os indivíduos não são reconhecidos enquanto tal e em que, nas suas múltiplas funções, não assumem a unicidade das suas experiências e da sua identidade, tem como consequência a necessidade de intensificação das relações pessoais: “Uma vez que esta experiência básica da diferença entre relações impessoais e pessoais se tornou conhecimento comum, uma vez que se tornou verdadeira para toda a gente, independentemente do sexo e do estrato social, ela tem de cristalizar o desejo de relações pessoais, de uma maior interpenetração, a um nível mais profundo fazendo-o aparecer como ainda mais inatingível” (Luhmann 1986:153).

A identificação desta nova semântica da intimidade, segundo Luhmann, acaba por nos conduzir aos paradoxos e dificuldades no final do século XX. De um lado, e devido às transformações socioestruturais, os indivíduos têm mais autonomia em relação às instituições, o que se traduz em maior margem de manobra individual. A crescente paridade entre homens e mulheres é exemplo dessas transformações e dessa maior autonomia. Mas, por outro lado, a necessidade da intensificação das relações pessoais aumenta as expectativas em relação ao desejo de ser compreendido pelo outro e torna-se difícil, senão impossível, que o seu retrato idealizado se sustente no quotidiano (Luhmann 1986:165). Expectativas mais elevadas implicam também, ao não serem ajustadas à realidade, maiores desilusões, crescente instabilidade

e incerteza. E o autor termina afirmando que o amor, nas sociedades contemporâneas, promete muito, mas acaba por dar pouco. O código do amor transformou-se de um ideal, através dos parâmetros referidos, num problema.

Ainda nos anos 80 pareceu necessário levantar algumas objeções a este acento tónico de Luhmann a respeito da improbabilidade do amor (Torres 1987). A pesquisa sobre o casamento permitiu voltar a analisar este tema, agora talvez com mais fundamento do que no artigo referido, porque se partiu da análise empírica e se operacionalizou especificamente a questão do sentimento amoroso (Torres 2002a). Ver-se-á, por exemplo, que os entrevistados fazem também nítida separação entre paixão e amor conjugal. Embora as experiências sejam diversas, podemos referir que alguns dos mais jovens relatam que, tendo sido a paixão o motor inicial da aproximação entre os cônjuges, ela se veio a transformar, mais tarde, num sentimento tranquilo, que se foi construindo e cimentando ao longo da relação.

Não nos aparece assim a imagem dilacerada – grandes promessas, fracas realidades – implícita nas análises de Luhmann. Mas também é verdade terem sido igualmente encontradas certas situações conflituais que se ajustam ao problema dos paradoxos e contradições focados pelo autor alemão, nomeadamente quando se nota a distância entre expectativas sobre o comportamento do outro e as realidades vividas no quotidiano.

GILBERTO VELHO: SUBJECTIVIDADE E SOCIEDADE

Estabelecer pontes entre o subjectivo e o social, analisar processos de individualização e participação, casamento e aliança, política e subjectividade, público e privado, racionalidade e paixão, constituem temas centrais de um livro do prestigiado antropólogo brasileiro, Gilberto Velho, intitulado *Subjectividade e Sociedade, uma experiência de geração* (Velho 1986). O livro foi elaborado a partir de uma pesquisa que se apoia em histórias de vida. Surgem nelas com particular realce os relacionamentos afectivos dos entrevistados pertencentes a uma geração de indivíduos das camadas médias da Zona Sul do Rio de Janeiro e que viveram mais de vinte anos no período autoritário do regime militar. Os

contributos do autor e as questões debatidas no livro são do maior interesse para o tema que temos vindo a analisar.

Partindo das relações entre cultura objectiva e cultura subjectiva, usando a conceptualização de Simmel, e procurando responder à questão *Como se pode ser sujeito no mundo?* Gilberto Velho mostra-nos como se tecem as relações entre contexto social e geracional, por um lado, e percepções e experiências subjectivas dos indivíduos, por outro.

O grupo em análise pertence às camadas mais cosmopolitas e favorecidas da sociedade carioca, menos marcadas pelos constrangimentos económicos e pelas lógicas tradicionais, revelando os traços típicos dos processos de individualização das sociedades modernas. O casamento tende aí a ser encarado como uma opção individual, uma escolha feita em função do critério amoroso. A análise de Gilberto Velho revela muito bem, no entanto, a partir das histórias relatadas, os traços do compromisso entre lógicas mais individualistas e lógicas de aliança que se traduzem no desejo de não colocar em causa os laços familiares, evitando rupturas muito radicais. A importância destes laços, de resto, surge com toda a evidência após as separações ou divórcios, momento em que se volta a recorrer ao apoio dos ascendentes. Embora fique claro que prevalecem as relações com os amigos e que se valoriza o *ethos* da liberdade de escolha, verificando-se cada vez menor dependência da família, a verdade é que se sente também a “tensão entre individualizar-se e incorporar-se”. Neste sentido, salientando a existência deste tipo de tensões, compromissos e ambiguidades, o autor conclui: “por mais que o casamento, a união entre dois parceiros, esteja envolvida por um forte halo de escolha, de opção de liberdade, fica claro que está fortemente vinculado e ancorado a um conjunto mais abrangente, que é legitimado por valores e representações em que o indivíduo está longe de ser a força-motor ou o ponto nodal” (Velho 1986:32, 38).

A valorização da privacidade, do espaço íntimo e das relações amorosas é muito acentuada no discurso dos entrevistados que opõem estas esferas ao exterior e ao espaço público. Estes são entendidos como lugares de constrangimento e de racionalidade

imposta. Ao invés, o privado, que se apresenta como o universo dos “verdadeiros” espaços de realização pessoal, seria o lugar em que o indivíduo pode revelar a sua autenticidade. Encontra-se neste análise do autor brasileiro, de resto, uma perspectiva que acaba por se antecipar à de Luhmann que, como se viu, contrapõe a existência da necessidade de intensificação dos espaços íntimos e das relações pessoais como contraponto à generalização das relações impessoais nas sociedades de modernidade avançada.

A percepção desta dicotomia, e uma certa busca de coerência, são na óptica de Gilberto Velho, ao mesmo tempo ilustradoras dos processos de fragmentação das experiências individuais na modernidade e contribuem também para explicar o frequente recurso nestes grupos à psicanálise. Trata-se, na verdade, de um grupo e de um universo fortemente “psicologizado”.

Ora Gilberto Velho mostra que o desejo de intimidade, a vontade de ser reconhecido e de obter grandes gratificações nesta dimensão da vida íntima, nem sempre tem correspondência com a realidade. Como se ilustra neste excerto: “A vontade ou a frustração da *felicidade individual* é evidente” (...) O encontro e o desencontro com o outro constituem preocupação central deste universo. A tensão entre individualização e a busca de sociabilidade e de aliança, sob as formas mais diferentes permeia os depoimentos. O casamento é problemático mas a solidão é difícil.” (Velho 1986:77).

Estas apostas no íntimo, de resto, são ainda sobrevalorizadas pelo quadro político em que decorreu grande parte da adolescência e juventude dos entrevistados. A persistência, naquela época, do regime autoritário, com todo o cortejo de perseguições políticas, prisões e torturas, que atingiram muitos conhecidos do grupo, traduziu-se num retraimento relativamente ao que no seu período de juventude fora o envolvimento em lutas pelos direitos e liberdades cortadas e ameaçadas. Como mostra Gilberto Velho: “O desencontro diante do domínio do público está obviamente relacionado com a sensação de impotência, expressão de experiências frustrantes”.

Esta valorização do privado e aposta individual não se processam, no entanto, com a negação da sociabilidade, já que se aposta

também na relação com os amigos e no companheirismo de grupo. Trata-se, assim, de “um individualismo que se elabora através da interacção permanente com certos parceiros escolhidos e valorizados dentro desses ethos” (Velho 1986:89) coexistindo com a forte valorização dos laços afectivos e amorosos.

É ainda neste quadro que se sublinha de forma muito acentuada a vivência da paixão amorosa. A paixão possibilita a afirmação da *uniqueness* da experiência individual – por mais que se conheçam os relatos de outros, a paixão apresenta-se como experiência única, sempre original. Aliás, no quadro da valorização do privado e do íntimo, por oposição ao exterior e ao público, a irrupção do irracional surge também como o que existe de mais profundo, a expressão de verdadeira subjectividade. “A paixão, portanto, é a presença do extraordinário que penetra o cotidiano, transformando-o”. Ela é, de resto, representada como uma espécie de iluminação, algo de mágico. O olhar tolerante perante as pessoas que estão apaixonadas demonstra igualmente como a paixão é valorizada por todos.

A paixão pode ainda, segundo os entrevistados de Gilberto Velho, ter valor pedagógico, significando uma aprendizagem, um melhor conhecimento de si em situação-limite, um factor de crescimento. A dimensão da perda e do sofrimento tendem a traduzir-se igualmente, e tal como no processo psicanalítico, num aperfeiçoamento, numa cura. Mas é também preciso domesticar a paixão que encerra perigos e descontrolo. Tal como no compromisso entre a lógica do casamento aliança e a da escolha livre do e tensões, garantindo estabilidade e segurança.

Temas como o contraste entre a retórica da igualdade entre homens e mulheres e a dimensão bem menos igualitária das práticas existentes no grupo de jovens adultos estudado, atravessam ainda a pesquisa de Gilberto Velho que, tal como em *Nobres e Anjos* (1998) centra a sua atenção na forma como um conjunto de sentimentos e emoções – amor, medo, retraimento, fuga – passam a vida colectiva e os processos de individualização nas sociedades contemporâneas. Uma inspiração fundamental para todos os que se interessem por estas temáticas, servida por livros

onde se entrelaçam de forma rica perspectivas teóricas e observações empíricas através de descrições e interpretações extremamente vivas e de leitura fascinante.

A RELAÇÃO PURA E O AMOR CONFLUENTE

A problemática da relação entre casamento, amor e sentido subjetivo, identidade pessoal e transformações de valores e práticas sociais nas sociedades contemporâneas, foi também abordada por Giddens (1991). Nas sociedades que chama de “modernidade tardia”, este autor admite que os indivíduos têm maior capacidade de intervenção na construção da sua própria identidade através da auto-reflexividade e do conjunto de informações disponibilizadas, nomeadamente, a partir das ciências sociais. Verificando-se a erosão dos quadros normativos rígidos que definem um padrão de comportamento ajustado a papéis fixos ou imutáveis, os actores sociais, nomeadamente no quadro da conjugalidade ou da família, dotam-se de maior margem de manobra no cumprimento dessas normas que passam cada vez mais a ser também redefiníveis, ajustáveis e negociáveis.

O divórcio, nesta perspectiva, pode surgir também como um dos indicadores da mudança, já que mostra que em certos momentos (*fateful moments*) os indivíduos podem – por iniciativa própria ou induzidos pela iniciativa do outro – ajustar aspectos da sua identidade que sentiram eventualmente ameaçados ou postos em causa no contexto conjugal. Com efeito, verificou-se que, se é verdade que a ruptura conjugal pode ser vivida ou explicada pela simples (e por vezes bem complexa) razão do desamor, a análise dos discursos dos divorciados (Torres 1996) revela que a frequência é a referência a uma incomodidade percebida de forma difusa, traduzida em frases do tipo “já não me sentia eu próprio” ou “não me sentia bem”. Outras vezes, só *a posteriori*, de forma mais clara, os próprios elementos de reestruturação da identidade eram claramente identificados (“mudei totalmente a minha vida”, “foi o recomeço”, “mesmo com algumas dificuldades passei a sentir-me eu próprio”).

A razão pela qual a identidade pessoal parece ser abalada ou questionada pelos processos de divórcio, é o facto de o casamen-

to implicar se não uma revolução identitária, pelo menos uma redefinição de sentidos e de prioridades que envolvem a identidade pessoal e social. Giddens vai ainda mais longe, ao sugerir que nas sociedades contemporâneas o papel individual na definição identitária se intensificou e alargou de tal forma que se tornaram frequentes os trajectos conjugais interrompidos. Eles implicam, na maioria dos casos, e porque a relação conjugal continua a manter o seu poder atractivo, a insistência em novas relações, em segundas oportunidades (Giddens 1991:10). Outro sinal evidente desta maior capacidade de intervenção dos indivíduos na construção da sua identidade pessoal é o crescente recurso aos saberes da psicologia e psicanálise, aos programas de auto-ajuda e, genericamente, às psicoterapias. Com Giddens, a relação entre identidade pessoal e casamento é colocada num contexto de tal maneira abrangente, que se transforma numa característica específica da própria modernidade.

Vale a pena ainda referir outras propostas de Giddens (1991, 1992). A primeira diz respeito ao que o autor considera ser uma tendência da “modernidade tardia” no domínio das relações conjugais. Tender-se-ia para um modelo auto-referenciado, denominado *pure relationship* e que se materializa, entre outros aspectos, no facto de as relações entre parceiros não se pautarem por padrões estabelecidos ou impostos do exterior, mas antes por critérios definidos pelos parceiros conjugais e em torno do que estes consideram ser a qualidade intrínseca da relação.

Outra proposta de Giddens (1992) refere-se à passagem do modelo do amor romântico ao amor confluyente (*confluent love*). De certo modo também associada à primeira proposta, esta outra tem em conta as mudanças verificadas quanto ao estatuto das mulheres. O facto de se tender cada vez mais para relações igualitárias entre homens e mulheres põe em causa modelos anteriores segundo os quais eram essencialmente as mulheres que alimentavam uma visão romântica das relações conjugais e em que eram sobretudo elas que mais se sentiam implicadas na componente emocional e afectiva dessas relações. O *confluent love* (Giddens 1992:61) seria a tendência para uma implicação afectiva e emocional igualmente partilhada entre homens e mulheres, tam-

bém porque se trata hoje de trocas entre parceiros que estão cada vez mais próximos no plano do desempenho dos papéis sociais. Subjacente a estas propostas está uma análise interessante dos efeitos das mudanças no estatuto feminino, no plano mais vasto das relações entre sexos, e que a ambos diz respeito.

Esta análise aproximava-se muito dos interesses e das problemáticas da pesquisa que conduzimos sobre o casamento. Contudo, e em alternativa à ideia de amor-confluyente, julgamos mais ajustada às realidades analisadas a ideia de amor-construção (Torres 2002a) que adiante proporemos.

A IGUALDADE ENTRE HOMENS E MULHERES E O AMOR. BECK E BECK-GERSHHEIM E BOURDIEU

A ideia segundo a qual o amor é a religião secular das nossas sociedades surge com Beck e Beck-Gersheim, autores de um livro significativamente intitulado *O caos normal do Amor*. Baseiam-se numa análise muito extensa e bem fundamentada das relações familiares na Alemanha nos últimos tempos, que foca, entre outras realidades, o aumento do divórcio e das famílias recompostas, a descida abrupta da taxa de natalidade, o aumento da participação feminina na actividade exterior. Debruçam-se sobre as tendências mais recentes – com manifestações muito diferente nas diversas zonas geográficas e sociais da Alemanha – observáveis fundamentalmente nas grandes cidades e acentuam a crescente tendência global para a individualização e o maior protagonismo dos indivíduos na construção do seu próprio destino no campo das relações amorosas e sentimentais.

Tal como outras propostas até agora analisadas, para os autores alemães são certos traços das transformações da modernidade que estão na base da sobrevalorização do íntimo e do amoroso. A ruptura com os laços tradicionais teria uma dupla face. Por um lado, esses laços impunham constrangimentos, por outro, eles protegiam. Nas lógicas tradicionais, o destino está traçado e não há grandes questionamentos, os papéis dos indivíduos estão prescritos, o grupo impõe mas também ampara e protege. Os processos de individualização, ampliando as margens de liberdade do

indivíduo e as suas escolhas próprias e singulares, podem traduzir-se num sentimento de solidão e de perda de estabilidade interior. Associados ainda à modernidade estão novos estilos de vida, novas oportunidades, melhoria das condições económicas, mais educação, para camadas significativas da população – as chamadas classes médias. Para elas é possível pensar em aspectos da vida para além dos que estão estreitamente ligados à sobrevivência, ao ganhar a vida. Os problemas essenciais que se põem são existenciais e dizem respeito a questões de perda de sentido e sentimento de vazio.

Neste quadro, as relações íntimas e amorosas funcionam como refúgio, lugar de procura de estabilidade, de diálogo interpessoal, procura de reconhecimento e gratificação. Investir os nossos esforços no amor, torna-se assim uma tendência moderna. O amor produz sentido, uma lógica auto-referenciada (Beck e Beck-Gersheim 1995 [1990]:171). Paradoxalmente e ao mesmo tempo que o divórcio se torna frequente, também se “idolatriza” o casamento, mantendo este o seu poder atractivo. A relação com os filhos é também sobreinvestida em apostas, por vezes, excessivas nos seus efeitos.

Mantendo um certo tipo de comparação entre amor e religião, Beck e Beck-Gersheim afirmam que a “religião diz-nos que há uma vida depois da morte. O amor diz-nos que há uma vida antes da morte”. A salvação é agora. “O amor não vem de cima, das tradições culturais ou dos sermões, ele vem de baixo, do poder e da persistências das pulsões sexuais e dos profundos desejos pessoais” (Beck e Beck-Gersheim 1995 [1990]:176). Para os autores, a fé no amor está também ligada à sua falta de tradição. Chega depois dos partidos, dos credos, das grandes narrativas e nasce também depois da quebra dos tabus em relação às liberdades sexuais (Beck e Beck-Gersheim 1995 [1990]:177). Trata-se de uma religião sem igrejas e sem sacerdotes: “nós” somos o seu templo e os nossos desejos as suas orações. Tal como Luhmann, os autores não deixam de focar os paradoxos envolvidos nos comportamentos recentes, nomeadamente o contraste entre experiência vivida e valores, orientações e expectativas.

Também Pierre Bourdieu, ao abordar a problemática da dominação masculina, (1998) se interroga brevemente sobre a possibili-

dade de, no quadro da relação homem/mulher, o amor funcionar como elemento de neutralização dessa dominação: será que o amor “suspende a relação de dominação masculina e a sua violência simbólica ou não deixa de a perpetuar com sutileza?” (Bourdieu 1998:116).

A resposta de Bourdieu parece clara. É possível que o amor tenha esse poder de suspender a dominação masculina, mas há condições para que ela possa de facto ocorrer. Por um lado, não se trata de uma aquisição de uma vez por todas: “só através de um trabalho de todo os instantes, recomegado sem cessar, se pode arrancar às águas frias do cálculo, da violência e do interesse, essa “ilha encantada” do amor, esse mundo fechado e perfeitamente autárquico que é o lugar de uma série continuada de milagres: o da não-violência, que torna possível a instauração de relações fundadas na plena *reciprocidade* e autorizando o abandono e a entrega de si; o do reconhecimento mútuo, que permite, como diz Sartre, o sentir-se “justificado por existir” (...); o do *desinteresse* que torna possíveis as relações desinstrumentalizadas (...)” (Bourdieu 1998:117). A igualdade entre pares, no contexto da relação amorosa, constitui assim peça fundamental para que o milagre que suspende a dominação se concretize: “o sujeito amoroso só pode obter o reconhecimento de um outro sujeito, mas que abdique, como ele próprio, da intenção de dominar” (1998:119).

E Bourdieu continua falando da relação amorosa com um outro igual na procura de comunhão e fusão, testemunhada na utilização sem cessar de redundâncias, como os repetidos “amo-te, amas-me?” e na atribuição de inúmeros nomes carinhosos e dos termos com que se “nomeia” o outro.

Termina, em sentido convergente com os autores que temos vindo a referir, mostrando como o amor pode surgir como um lugar de transcendência e de resistência às instituições. “Reconhecimento mútuo, troca de justificações de existir e de razões de ser, testemunhos mútuos de *confiança*, tantos sinais da reciprocidade perfeita que confere ao círculo no qual se encerra a diáde amorosa, unidade social elementar, inseparável, e dotada de uma poderosa autarcia simbólica, o poder de rivalizar vitoriosamente com

todas as consagrações que se pedem habitualmente às instituições e os rituais da “Sociedade”, esse substituto mundano de Deus”.

UMA PERSPECTIVA ESPECÍFICA SOBRE AS RELAÇÕES AFECTIVAS, O AMOR E O CASAMENTO

Procurando fazer uma síntese, pode concluir-se que, apesar da diversidade das propostas, há dois temas que as atravessam e aproximam. Trata-se, por um lado, do tema da relação entre modernidade e amor romântico e, por outro, dos efeitos da chamada questão feminina na vivência do sentimento amoroso. Embora estejam associadas entre si, vale a pena, num primeiro momento, distinguir as duas temáticas.

Quanto ao primeiro tema, o que parece mais interessante reter é a ideia de que a crescente individualização, representando maior margem de liberdade e de escolha no plano das relações conjugais e familiares, tem igualmente consequências complexas, criadoras de novas dificuldades. Os autores não são os primeiros a fazer a análise desta relação entre modernidade e amor romântico,⁹ mas é nova a forma sistemática como abordam o tema e o estatuto central que atribuem à articulação dos chamados níveis macro e micro. A partir destas propostas passam a encetar-se, de forma muito directa, as interinfluências que se estabelecem entre vida pessoal, intimidade e estruturas ou sistemas sociais, tornando-se mais difícil pensar o privado desenraizando-o dos seus contextos de ocorrência.

O segundo tema, sobre os efeitos da ideia de igualdade entre homens e mulheres na forma como se vivem as relações familiares, conjugais e amorosas, parece também atravessar a maioria das perspectivas focadas. É, de resto, este o objecto de vários dos artigos que já nos anos 90 procuram explorar a relação entre intimidade, emoções, amor e género. Embora a emancipação feminina e os seus efeitos na relação amorosa já tenham sido analisados por Simmel (1988) ou por Octavio Paz – “não há amor sem liberdade feminina” (1995 [1993]:54) – a verdade é que as

⁹ Também Weber se referia, de forma um pouco diferente é certo, à relação entre modernização e amor romântico (Lindholm 1998, Jackson 1993). Norbert Elias aborda igualmente, como se indicou atrás, esta relação.

transformações dos últimos quarenta anos tornaram ainda mais óbvia essa relação.

Associando estes dois grandes temas é-se reconduzido novamente à relação entre a chamada questão feminina e a conjugalidade nas sociedades contemporâneas. Vejamos então como, a partir dos contributos dos autores e das nossas próprias interrogações se procurou operacionalizar a questão do sentimento amoroso em contexto de pesquisa (Torres 2002a).

A afectividade constitui uma das dimensões das relações sociais, dimensão que contém a vertente amorosa mas, também, todas as outras formas de afectividade: a maternal, a paternal, a parental, a erótica e sexual, a amizade, o companheirismo. O afecto produz “obras”, pessoas, é uma forma de criação por excelência da vida social em sentido metafórico e real.

Dos clássicos gregos aos românticos, sempre se procurou identificar distinções nas diferentes formas de exprimir sentimentos e emoções. A associação entre amor e casamento é, em todo o caso, mais recente. Quando era dominante o casamento por interesse, por exemplo, era essencialmente fora da lógica conjugal que o amor encontrava os seus protagonistas e as suas musas. Hoje, ele é claramente considerado como único fundamento legítimo para o casamento. Chega mesmo a ganhar mais espaço, subvertendo o imperativo heterossexual, tornando-se também pretexto para uniões homossexuais.

O aumento do divórcio vem, por outro lado, revelar que a relação conjugal e o amor assumem importância central na vida dos indivíduos. Mesmo que à primeira vista os laços conjugais pareçam frágeis, porque baseados no sentimento que é aparentemente mais efêmero, a verdade é que os indivíduos tendem para a relação dual, que conserva todo o seu poder atractivo sobrevivendo mesmo a eventuais decepções.

Defendeu-se em trabalhos anteriores a necessidade de investigar que configurações assume o sentimento amoroso nos diferentes contextos sociais, quais os sentidos atribuídos à comunicação amorosa, que distância ou que proximidade se podem estabelecer

entre amor e conjugalidade (Torres 1987). Por outras palavras, pretendia-se saber se, para além das emoções associadas ao sentimento amoroso virtualmente vividas de forma semelhante, não se encontrariam formas de experimentar e falar do amor que remetessem para sentidos diferentes.

Pretendeu-se depois operacionalizar esta interrogação, procurando captar como o amor é percebido nos diferentes momentos do ciclo de vida conjugal, e se, através de palavras diferentes, se estão ou não recobrando emoções e sentidos idênticos (Torres 2002a). Partindo do princípio que se tende a assumir explicitamente o amor como fundamento das relações conjugais contemporâneas, seria interessante verificar se este sentimento perdura, se desgasta, ou se reconstrói, assumindo outros sentidos; ou ainda, se se vive em alternativa, por hipótese, o casamento como estatuto, como expressão do amor parental ou como relação dual fortemente investida do ponto de vista amoroso. Estarão os parceiros conjugais mais próximos de Eros ou de Agapê? Que influências tem o ciclo de vida conjugal nesta proximidade? Que diferenças se podem encontrar entre homens e mulheres a este respeito? Trata-se de alguns dos temas abordados de forma mais desenvolvida na pesquisa sobre o casamento a que se tem feito referência (Torres 2000, 2001, 2002a e 2002b).

Vejamos agora, de forma breve e para finalizar, as abordagens analisadas numa perspectiva diacrónica e também à luz dos nossos próprios resultados. Parece constituir ideia convergente a um conjunto significativo de autores a passagem de uma visão institucionalizada do casamento, perspectiva que secundariza o amor, para a perspectiva do casamento-romântico, através da qual o sentimento amoroso ganha centralidade como pretexto legítimo e fundamental para a relação. Acrescenta-se depois, nos anos mais recentes, a transformação deste modelo de amor-romântico para um modelo de amor-confluyente ou, segunda a proposta que temos elaborado, de amor-construção. Cada mudança se associa a uma perspectiva diferenciada de relação entre os sexos. Especificue-se um pouco mais.

A visão do casamento como instituição, dominante do século XIX aos inícios do século XX, está associada também a uma

concepção específica sobre a vida amorosa e a liberdade dos dois sexos. O romance e o erotismo localizavam-se fora do casamento e eram para ser vividos no masculino e não no feminino. Verificam-se assim assimetrias acentuadas entre homens e mulheres, diferenciação de papéis.

Para ambos os sexos, contudo, o casamento impõe-se aos indivíduos como destino e deve manter-se, quer por questões de alargamento ou manutenção do património, no caso dos sectores burgueses, quer pela necessidade de sobrevivência económica e pela lógica das responsabilidades contraiadas, nos sectores sociais mais desfavorecidos. Embora com contornos já matizadas, o modelo ainda persiste nas representações e nas práticas dos nossos entrevistados sobretudo dos mais velhos, do sexo masculino.

As dificuldades e disfuncionalidades deste modelo devem-se ao facto de os indivíduos se sentirem amarrados a uma instituição que os constrange e lhes impõe comportamentos rígidos. Serão elas que, em articulação com outras transformações sociais, a que não são estranhos fenómenos como o crescimento das chamadas classes médias e as mudanças de valores, irão dar origem à passagem a outra “semântica”, como Luhmann nos mostrou.

A ideia segundo a qual o pretexto legítimo para o casamento deve ser o amor surge em luta contra a visão anterior. Assume-se então que se o amor está no centro da escolha conjugal, os problemas que existiam no modelo anterior – desentendimentos conjugais devido à falta de proximidade afectiva entre os cônjuges, por exemplo – estariam automaticamente superados. Esta visão está ainda associada a outras ideias, por vezes, contraditórias entre si. Defende-se o amor como suspensão do tempo e do espaço, como “estado” que vence todos os obstáculos e supera todas as dificuldades. Mas o romance acaba quando a vida conjugal começa.

Neste modelo há sobreposição entre amor, paixão, atracção física, impulso sexual, erotismo e assimetrias entre homens e mulheres. As mulheres são vistas como mais responsáveis pelo “trabalho” do amor do que os homens, na medida em que estariam especialmente vocacionadas para as emoções, a domesticidade, as

relações familiares. Assim, se as coisas correm mal, também se lhes pode atribuir a responsabilidade, por não terem “sabido” manter o seu par. As palavras de algumas entrevistadas mais velhas confirmam claramente esta visão.

A perspectiva romântica do casamento também surge frequentemente nos discursos dos entrevistados. À medida que a idade e a duração do casamento aumentam, as referências românticas ao sentimento amoroso inicial tendem porém a dar prevalência às do companheirismo e da solidariedade.

As contradições inerentes ao modelo romântico parecem evidentes. Por um lado, o amor é menos um estado que suspende o tempo e o espaço e assume mais facilmente os contornos de um processo. Depois do casamento é que tudo verdadeiramente começa. E sendo assim, se a escolha amorosa é condição necessária ao casamento, ela não é suficiente. O que é fundamental é que o amor persista ao longo da relação. Estas são algumas das conclusões que se podem tirar do aumento dos divórcios depois dos anos 60. A relação conjugal continua a revelar todo o seu poder atractivo, reparador, regenerador, e até transcendente como promessa, mas é preciso que o amor se mantenha – e que a relação tenha qualidade.

Chega-se assim ao modelo do amor construção. Frequente nos discursos dos mais jovens, esta perspectiva caracteriza-se por se assumir desde logo que, se o amor e a paixão foram o pretexto inicial para o casamento, rapidamente ele se foi transformando num sentimento mais estável, mais “construído”. Descobriram-se aspectos novos e até outros sentimentos – a forma como ele se preocupa com a criança, a descoberta dela no papel de mãe – ao mesmo tempo que se desidealiza o parceiro e ele cai do pedestal para se tornar mais falível, menos entusiasmante, mais previsível e, possivelmente, mais próximo. Ou, em alternativa, começam a definir-se distâncias, cristalizam-se conflitos, aumentam as tensões em torno de projectos individuais que se tornam incompatíveis. Embora menos frequentemente também encontramos, em casais mais jovens, sinais de desgaste em relação ao sentimento inicial, situações conflituais de desfecho futuro incerto.

Este modelo de amor-construção implica maior paridade entre homens e mulheres, mas conhece ainda as assimetrias que atrás foram focadas. Nesta contradição entre interesses agora reconhecidos como partitários ao nível das ideias, por um lado, e as práticas ainda assimétricas, por outro, residem algumas das disfuncionalidades e contradições. Mas não só. Como mostra Illouz (1998), se há muito de construído, de familiar e de rotina quotidiana, pode haver a nostalgia da espontaneidade, do imprevisível, do extraordinário. As forças centrípetas podem ser mais fracas do que as centrífugas. Perante a energia que se parece desgastar ao “construir” a relação pode instalar-se a nostalgia do amor incondicional. O que não traduz senão as contradições dos valores contemporâneos. O direito à felicidade parece ser para hoje, está mais perto e é também acrescida a liberdade individual. Mas há mais risco e incerteza.

Quanto à persistência de claras assimetrias entre homens e mulheres, elas são perpetuadas por formas de dominação masculina menos evidentes à primeira vista, já que se reconhece na lei o direito à igualdade e mostram-se de forma clara quando se analisa o quotidiano das mulheres.

A objectividade dessas diferenças, nomeadamente quando se observa a sobrecarga feminina, quer com o trabalho profissional, quer com a vida familiar (Torres, *et al.* 2004) contrasta com o discurso que muitas mulheres e homens mantêm acerca destas desigualdades verificadas na prática. Depois de identificarem a divisão das tarefas domésticas – que no conjunto dos dados mostram as assimetrias referidas – a maioria declara que a situação é justa e que não se verificam grandes conflitos (Torres, *et al.* 2004).

O que poderá explicar a não consciência das assimetrias reais e o conformismo, tanto pela parte de homens como de mulheres? Manifestar-se-á ainda aqui a persistência de visões tradicionais que alimentam a imagem de uma mulher fada e pacificadora do lar, que embora trabalhe demais nunca se queixa, eterna apaziguadora de conflitos e nunca sua produtora? São imagens que menorizam o seu cansaço e que quanto muito acentuam culpabi-

lidades sempre que não se consegue gerir “tudo” bem, ou com um sorriso nos lábios. Claro que não é possível esquecer que estas divisões assimétricas estão de certo relacionadas com outras trocas, outros ganhos e perdas que se estabelecem no contexto conjugal. Ainda assim, elas também podem exprimir posições de menor poder no casal, dependência afectiva, medos, inseguranças. Afinal há sempre quem venha lembrar a proximidade tradicional entre amor e sacrifício, ou quem, como atrás se referiu, ao invés de defender a verdadeira paridade entre iguais, considere que o “trabalho do amor” será ainda uma responsabilidade feminina. Assim, as tendências mais modernas apontadas por Giddens, como o “amor confluyente” que pressupõe dois iguais, apesar de nunca terem estado tão próximas de se poderem realmente concretizar, terão ainda caminho a percorrer. E certo é ainda que a necessidade de estabilidade afectiva, a centralidade do sentimento de amar e de ser amado como veículo fundamental para a felicidade, tendem a afastar a possibilidade de tornar a vida íntima num palco de luta e de conflitos infundáveis.

Nesta viagem procurou-se sobretudo mostrar como a temática do amor saiu do delicado armário das inutilidades sociais, ou de objectos singulares que não podem nem devem ser perturbados pelo olhar sistemático da ciência – para não estragar a emoção e manter o mistério – passando a ganhar visibilidade como tema que se tornou um verdadeiro revelador do funcionamento de nível macro das sociedades contemporâneas.

A perspicácia de autores como Goode dá-nos a ver o amor como mola para a acção social ao mesmo tempo que mostra como o seu controlo, através das instituições que fomos criando, acaba por atenuar a sua força disruptiva. Com Luhmann compreende-se a emergência deste código de comunicação simbólica generalizada, a sua rápida viagem pelo Ocidente, a sua implantação a partir dos séculos XVII e XVIII e identificam-se dificuldades – o amor parece dar muito menos do que promete. A visão lúcida e rica de Gilberto Velho revela-nos como tudo o que se passa no nível macrosocial se faz sentir nas experiências e vivências no plano subjectivo – medos, entrega, ansiedade, paixões – ao mesmo tempo que mostra como os processos de individualização se arti-

culam com lógicas de compromisso social e de classe. Com Giddens, Beck e Gernsheim-Beck e Bourdieu tematiza-se a relação entre modernidade e identidades pessoal, procura-se explicar a centralidade dos afectos e do amor como “substituto” das religiões e sublinha-se a persistência da dominação masculina mesmo em contexto em que a norma é a rejeição das desigualdades entre homens e mulheres tanto na vida social como na vida privada.

Com a leitura dos textos dos cientistas sociais a que fizemos referência ganhou-se em compreensão científica sobre a realidade social tanto quanto em entendimento sobre aspectos da nossa vida privada. Esperemos que o mesmo possa acontecer aos eventuais leitores.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Almeida, Ana Nunes (1990). *A Fábrica e a Família: famílias operárias no Barreiro*. Tese de Doutoramento. Lisboa: ISCTE.
- Almeida, J. Ferreira de, Fernando Luís Machado, Luís Capucha, e Anália Torres (1995). *Introdução à Sociologia*. Lisboa: Universidade Aberta.
- Barthes, Roland (1977). *Fragments d'un discours amoureux*. Paris: Éditions du Seuil.
- Beck, Ulrich, e Elizabeth Beck-Gernsheim (1995 [1990]). *The normal chaos of love*. Cambridge: Polity Press.
- Bourdieu, Pierre (1998). *La domination masculine*. Paris: Seuil.
- Brown, Robert (1987). *Analysing Love*. Cambridge: Cambridge University Press, Cambridge Studies in Philosophy.
- Cancian, Francesca M. (1987). *Love in America: Gender and Self-Development*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Caplan, Pat, ed. (1987). *The Cultural construction of sexuality*. Londres: Tavistock Publications.
- Duncombe, Jean, e Dennis Marsden (1993). “Love and intimacy: the gender division of emotion and emotion work”. *Sociology* 27(2).
- Elias, Norbert (1973[1969]). *La civilisation des moeurs*. Paris: Calmann-Lévy.
- Featherstone, Mike, ed. (1998). *Theory, Culture & Society: Special Issue on Love and Eroticism* 15(3-4).
- Giddens, Anthony (1991). *Modernity and Self-Identity. Self and Society in the Late Modern Age*. Cambridge: Polity Press.
- Giddens, Anthony (1992). *The Transformation of Intimacy. Sexuality, Love & Eroticism in Modern Societies*. Cambridge: Polity Press.
- Goode, William (1959). “The theoretical importance of love”. *American Sociological Review*.
- Haré, Rom (1986). *The Social Construction of Emotions*. Oxford: Basil Blackwell.
- Illouz, Eva (1998). “The lost innocence of love. Romance as a Postmodern Condition”. Mike Featherstone, ed. *Theory, Culture & Society: Special Issue on Love and Eroticism* 15(3-4).
- Jackson, Stevi (1993). “Even Sociologists fall in love: an exploration in the sociology of emotions”. *Sociology* 27(2): 201-220.
- Kaufmann, Jean Claude (1993). *Sociologie du couple*. Paris: Presses Universitaires de France.
- Kellerhals, Jean, e outros (1982). *Mariages au quotidien: inégalités sociales, tensions culturelles et organisation familiale*. Lausanne: Ed. Pierre Marcel Favre.
- Le Gall, Didier (1992). “Secondes amours. Aimer la raison?” *Revue Internationale d'Action Communautaire*. 27/67.
- Lindholm, Charles (1998). “Love and Structure”. Mike Featherstone, ed. *Theory, Culture & Society: Special Issue on Love and Eroticism* 15 (3-4).
- Luhmann, Niklas (1986). *Love as Passion, The Codification of Intimacy*. Cambridge, Polity Press.
- Paz, Octávio (1995 [1993]). *A Chama Dupla. Amor e Erotismo*. Lisboa: Assírio e Alvim.
- Rougemont, Denis de (1986). *L'amour et l'Occident*. Paris: Plon.
- Shorter, E. (1977). *La naissance de la famille moderne*. Paris: Seuil.
- Simmel, George (1988). *Philosophie de L'amour*. Paris: Petite Bibliothèque Rivages.
- Singly, François de, e outros (1996). *La famille en question, état de la recherche*. Paris: Syros, Institut de l'enfance et de la famille.
- Torres, Anália Cardoso (1987). “Amores e Desamores – para uma análise sociológica das relações afectivas” *Sociologia: Problemas e Práticas* 3.
- Torres, Anália Cardoso (1996). *Divórcio em Portugal, Ditos e Interditos: uma análise sociológica*. Oeiras: Celta Editora.
- Torres, Anália Cardoso (2000). “A individualização no feminino, o casamento e o amor”. Clarice Ehlers Peixoto, François de Singly, e Vincenzo

Chiccelli, orgs. *Família e Individualização*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas. Pp. 135-156.

Torres, Anália Cardoso (2001). "Casamento e gênero: mudança nas famílias contemporâneas a partir do caso português". *Revista Interseções* 3 (Rio de Janeiro).

Torres, Anália Cardoso (2002a). *Casamento em Portugal. Uma Análise Sociológica*. Oeiras: Celta Editora.

Torres, Anália Cardoso (2002b). "Casamento: conversa a duas vozes e em três andamentos". *Análise Social* 163:569-602.

Torres, Anália Cardoso, e outros (colab. de Teresa L. Monteiro, F. Vieira da Silva e M. Cabrita) (2004). *Homens e Mulheres entre Família e Trabalho*. Lisboa: Comissão para Igualdade no Trabalho e no Emprego (CITE).

Velho, Gilberto (1986). *Subjectividade e Sociedade, uma experiência de geração*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.

Velho, Gilberto (1998). *Nobres e Anjos. Um estudo de tóxicos e hierarquia*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas Editora.

RESUMO

Neste artigo discutem-se propostas teóricas e resultados de pesquisa que têm como centro o sentimento amoroso na perspectiva das ciências sociais. O tema tem estado cada vez mais presente no debate científico dadas as transformações que se têm verificado no plano dos relacionamentos íntimos e, nomeadamente, no domínio da vida conjugal, em particular, nos últimos 40 anos nas sociedades contemporâneas. Livros de autores de referência, colectâneas de textos e artigos têm surgido de forma contínua desde os anos 80 no contexto desse debate. Do mesmo modo, em Portugal, no Brasil, nos EUA, no Reino Unido, em França e na Alemanha esta temática tem surgido também na investigação empírica, sendo muito frequente a tentativa de articular as dimensões macro da modernidade tardia com as subjectividades, as identidades e a vida pessoal. E, de forma necessariamente sintética, esse conjunto de propostas e pistas de investigação, já abordados de forma esquemática numa conferência no âmbito do VII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais, que aqui se procura dar conta.

PALAVRAS-CHAVE

Amor; sentimento amoroso; subjectividade; emoções; gênero; casamento; divórcio.